

Capacitando os utilizadores para os seus direitos de privacidade na *Internet of Things*

Nelson Vieira

Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia
Universidade da Madeira
Funchal, Portugal
2080511@student.uma.pt

Mary Barreto (Orientadora)

Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia
Universidade da Madeira
Funchal, Portugal
mary.barreto@staff.uma.pt

Abstract—Os dispositivos da *Internet of Things* (IoT) estão em toda parte, desde o nascimento da computação ubíqua que a vida quotidiana humana é imaginada contendo milhões de dispositivos que controlam todos os aspectos de nossas vidas. Hoje em dia temos carros inteligentes, casas inteligentes, cidades inteligentes, *wearables* entre outras coisas que usam vários tipos de dispositivos e vários tipos de redes para comunicarem. Estes dispositivos criam novas formas de recolher e processar dados pessoais de utilizadores e não utilizadores. A maioria dos utilizadores finais nem sabem ou têm pouco controlo sobre as informações que estão a ser recolhidas por estes sistemas. Este trabalho faz uma abordagem holística deste problema, fazendo primeiro uma revisão da literatura, depois realizando um questionário para saber mais sobre o conhecimento geral do público e, finalmente, com base nas informações recolhidas, é proposto um sistema que fornece aos utilizadores informações sobre o dispositivos que estão próximos e como proteger os dados que não desejam partilhar com estes dispositivos, este sistema é capaz de detectar que tipo de dispositivos estão próximos, que tipo de dados são recolhidos por estes dispositivos, mostrar opções de privacidade ao utilizador quando é possível fazê-lo e o que pode ser feito para evitar que dados indesejados sejam recolhidos.

Index Terms—privacidade, Internet of Things, computação ubíqua, assistente de privacidade

I. INTRODUÇÃO

A privacidade como a conhecemos é um conceito relativamente recente [1], [2], antes da era digital quase não havia a noção de privacidade para a maioria das pessoas. Durante muitos séculos, a maioria das pessoas residia em pequenas comunidades onde estavam continuamente envolvidas na vida umas das outras. Ainda mais recente é a ideia de que a privacidade é um componente crucial da segurança pessoal, em contraste com a inegável necessidade da segurança pública, incluindo a exigência de muros vigiados e portas fechadas. Há muito vista como um luxo, a privacidade ainda costuma ser vista como um bem de se ter e não como um requisito essencial, embora seja reconhecida como um direito humano, conforme consta no artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos [3]: “Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei”. A privacidade pode ser definida [4], [5] como o direito de governar como as informações e dados pessoais são recolhidos, armazenados e usados, frequentemente

envolve o uso de informações confidenciais com cuidado e, como tal, as organizações devem ser abertas e honestas sobre o tipo de dados que planeiam recolher, por que precisam deles e onde e com quem planeiam partilhá-los. Os utilizadores devem ter o direito de controlar como as suas informações são partilhadas.

Esta definição pode causar alguma confusão com a ideia de segurança [6] e embora a privacidade e a segurança estejam interligadas, a segurança envolve medidas tomadas para salvar guardar os dados de risco, ameaça ou perigo, frequentemente alude à protecção. É a prática de manter a informação pessoal dos utilizadores e dados seguros e prevenindo o acesso não autorizado aos mesmos. O principal contraste entre privacidade e segurança é que o primeiro trata de informações pessoais dos indivíduos e como estes querem que os seus dados sejam utilizados e mantidos, enquanto este último trata da sua protecção contra possíveis ameaças. A segurança pode existir sem privacidade, mas o oposto não é verdade. Para a gestão de dados sensíveis e pessoais, privacidade e segurança informática são igualmente cruciais. Os utilizadores devem estar cientes dos procedimentos internos relativos à recolha, processamento, retenção, e partilha de informação pessoal.

As preocupações com a privacidade digital têm vindo a crescer [7]–[9] nos últimos anos, especialmente depois dos ataques informáticos do grupo descentralizado de hackers *Anonymous*, *WikiLeaks* e da divulgação de documentos ultra secretos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos por Snowden. Estas preocupações podem ser notadas com o aumento da literatura escrita sobre o assunto, ao procurar termos como “privacy”, “online privacy”, “digital privacy” no Google Scholar, ACM Digital Library ou Science Direct, pode ser visto que, nos últimos 5 anos, retornam cerca de 5 000 000, 650 000 e 8 0000 documentos, respectivamente, incluindo artigos, livros, artigos de conferência, etc.

A maioria da investigação tem-se concentrado na *web*, enquanto a privacidade nos sistemas IoT não tem sido tão explorada. Uma vez que os dispositivos IoT estão a tornar-se mais predominantes, surgem novos métodos de comunicação, recolha, e análise de dados. Porque já existe uma quantidade substancial de investigação centrada em privacidade na *web* em vez de privacidade na IoT, é um terreno muito mais fértil para explorar a questão da privacidade no contexto da IoT.

Internet of Things é um termo que surgiu pela primeira vez nos anos 90, e pode estar ligado ao artigo de Mark Weiser sobre a computação ubíqua [10] e o crescimento de dispositivos de todos os tamanhos que comunicam entre si para realizar várias tarefas, tornando o sonho de Weiser uma realidade. A primeira utilização do termo *Internet of Things* foi em 1999 pelo pioneiro da tecnologia britânica Kevin Ashton [11], director executivo do Centro de Auto-ID no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, para descrever um sistema em que os itens podem ser ligados à internet por sensores. Ele inventou a frase enquanto fazia uma apresentação para a Procter & Gamble para realçar o valor de ligar etiquetas de Identificação por Radiofrequência (RFID) utilizadas em cadeias de fornecimento corporativas ligadas à internet, a fim de contar e rastrear bens sem a necessidade de assistência humana. Estes dispositivos são utilizados em várias aplicações, começando em casa [12] com termostatos, frigoríficos, microondas, etc., passando para carros inteligentes [13], o sistema educacional [14], as nossas roupas e os nossos relógios [15] e mesmo para o espaço exterior [16]. Os recursos da IoT podem incluir equipamento IoT (como assistentes domésticos inteligentes e veículos autónomos), serviços IoT (como serviços de análise de vídeo ligados a câmaras inteligentes e sistemas de localização de posição interior), ou aplicações IoT (como aplicações remotas de televisão inteligente) que localizam e utilizam informação sobre nós. A *Internet of Things* é agora amplamente utilizada para descrever situações em que uma gama de objectos, dispositivos, sensores, e itens comuns estão ligados à internet e têm capacidades computacionais.

A ideia de utilizar computadores e redes para monitorizar e gerir dispositivos não é nova, apesar do termo *Internet of Things* ser relativamente recente. As melhorias da tecnologia sem fios nos anos 90 permitiram a adopção generalizada de soluções máquina-a-máquina (M2M) corporativas e industriais para monitorização e operação de equipamentos. Muitas das primeiras soluções M2M, por outro lado, baseavam-se em redes proprietárias ou em normas específicas da indústria, em vez de normas da internet. Ligar outros dispositivos que não computadores à internet não é um conceito novo. Uma máquina de Coca-Cola no Departamento de Informática da Universidade de Carnegie Mellon [17] foi o primeiro dispositivo ubíquo a ser ligado à internet. O sistema, criado em 1982, observou remotamente as luzes de esgotamento de stock nos botões de pressão da máquina de venda automática e difundiu o estado de cada fila da máquina de venda automática na rede para que pudesse ser acedido utilizando o protocolo Name/Finger através de um terminal. Em 1990, uma torradeira que podia ser ligada e desligada através da internet, criada por John Romkey [18], foi demonstrada no evento Interop Internet Networking.

A *Internet of Things* pode ser definida como: “Uma rede aberta e abrangente de objectos inteligentes que têm a capacidade de se auto-organizarem, partilhar informação, dados e recursos, reagindo e agindo face a situações e mudanças no ambiente” [19].

IoT é uma das tecnologias de crescimento mais rápido [20], prevê-se que cresça para os triliões de dispositivos até 2030 [21], e com esta expansão surgem novas vulnerabilidades de segurança e perigos de recolha de dados, a falta de segurança nestes dispositivos torna-os alvos ideais para violações da privacidade e divulgação inadequada aos clientes das capacidades dos dispositivos e práticas de dados agrava as questões de privacidade e segurança.

A privacidade nos sistemas IoT não é vista como um factor crucial no desenvolvimento de aplicações ou sistemas [22]. Normas específicas para opções de privacidade foram impostas por normas de privacidade dos dados incluindo o Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD) e California Consumer Privacy Act (CCPA), mas mesmo estes regulamentos têm sido criticados [23]–[27].

II. ESTADO DA ARTE

Esta secção fornece uma visão geral da literatura recente com os temas que foram consideradas mais relevantes para este trabalho.

A. Paradoxo da Privacidade

A utilização de uma variedade de dispositivos digitais tem inúmeras vantagens, mas eles trazem também consigo a ubiquidade do equipamento de captura de dados, é compreensível que a maioria dos utilizadores em rede tenha sérias preocupações sobre a privacidade dos seus dados pessoais. No entanto, as opiniões expressas estão em total desacordo com a realidade, segundo o relatório sobre o estado da privacidade de Thomson et al. [28], de apenas um em cada quatro utilizadores europeus lê os termos e condições na sua totalidade antes de efectuar uma compra *on-line* ou subscrever a um serviço, 59% admitiram apenas a digitalização rápida dos termos e condições antes de concluir uma compra, enquanto 14% admitiu que nunca os leu de todo, 30% dos inquiridos até trocariam os seus endereço de *e-mail* para ganhar uma recompensa, ou entrada numa rifa, enquanto 17% faria por isso, para obter uma aplicação e 30% fá-lo-ia por dinheiro.

Isto é o que se chama um paradoxo de privacidade, tem havido múltiplos artigos escritos sobre este assunto [29]–[33], alguns artigos tentam uma explicação teórica enquanto outros tentam uma explicação empírica. Tem havido interpretações ou explicações muito diferentes deste paradoxo, alguns artigos [34]–[36] aplicam o conceito teórico do *homo economicus* [37], que é a representação de pessoas como seres que actuam constantemente de uma forma lógica e interessada em si próprios, sem se preocuparem com a moralidade ou a ética, e que o fazem o melhor que podem, no contexto da privacidade. Diferentes preconceitos cognitivos e heurísticos podem influenciar a forma como os consumidores tomam decisões, de acordo com vários estudos sobre o comportamento de escolha do consumidor [38]–[41]. De acordo com vários artigos [42], [43], este paradoxo pode ser explicado pelo facto de algumas pessoas terem genuinamente violações de privacidade online e que a maioria das opiniões sobre privacidade são, portanto com base na heurística ou em contas de segunda mão. O

estudo de Taddicken [44] argumenta que a pressão de grupo é a razão pela qual as pessoas têm este comportamento contraditório, Norberg et al. [45] explica este paradoxo ao sugerir que embora a percepção do risco afecte as atitudes e intenções comportamentais relatadas, a confiança tem um impacto directo no comportamento de privacidade, enquanto outros [41], [46] confiam na teoria quântica. Brandimarte et al. [47] exploraram a ideia de que quando se trata da sua privacidade de dados, os utilizadores têm uma *ilusão de controlo*.

Este paradoxo foi comprovado por uma série de estudos empíricos [42], [48]–[50], as práticas de privacidade online são baseadas em mentalidades de privacidade separadas e assim não são intrinsecamente paradoxais.

B. Privacidade em IoT: Abordagens

Houve uma série de revisões sistemáticas da literatura (SLR) [51]–[54] e *systematic mapping reviews* [55], [56] feitas para estudar as questões de privacidade e segurança na IoT.

No SLR de Gupta e Ghanavati [51], os autores revêem os artigos com metodologias e técnicas que identificam riscos de privacidade ou que notificam os utilizadores sobre estes riscos. Eles dividem a literatura nas seguintes categorias: ‘Modelação Ontológica e Abordagens Semânticas’, ‘Abordagens de Dados’, ‘Abordagens Baseadas na Análise do Código Fonte’, ‘Estudos do Utilizador e Abordagens Baseadas em Inquéritos’, ‘Abordagens Baseadas em *Blockchain*’ e ‘Abordagens Baseadas em Estruturas e Arquiteturas’. Em seguida, examinam a literatura actual sobre estes três pré-requisitos. Os resultados mostram que: a maioria das obras concentra-se em dispositivos IoT únicos quando se trata de ameaças à privacidade; ao analisar as questões de privacidade, factores-chave de privacidade tais como redução e agregação de dados são ignorados; os estudos existentes ignoraram a sensibilidade das informações obtidas; os estudos mais úteis não incluíram um leque diversificado de utilizadores ao avaliar os problemas de privacidade; não foi feito nenhum trabalho para descobrir as dificuldades de conformidade entre uma aplicação IoT e diferentes regras de privacidade; e de acordo com os dados actuais, fornecer aos clientes notificações de privacidade em tempo real não é uma prioridade elevada. No entanto, este SLR tem as seguintes limitações: os autores apenas escolheram artigos e não teses ou livros e a partir dos trabalhos seleccionados, só foram considerados os escritos em inglês.

Kühtreiber et al. [52] avaliam as *frameworks* e ferramentas estabelecidas para programadores, especificamente no caso da IoT, e acham que as soluções actuais são difíceis de utilizar, apenas com sucesso em cenários limitados e insuficiente para lidar com os problemas de privacidade inerentes ao desenvolvimento de IoT. Este estudo carece de uma revisão exaustiva das lacunas escolhidas literatura, juntamente com questões de investigação que estabeleçam o significado dos artigos escolhidos.

Sicari et al. [53] examinam a investigação em curso e actividades em curso que se concentram em soluções de privacidade e segurança da IoT. Os autores começar por

descrever os requisitos de privacidade e segurança da IoT, tais como controlo de acesso, confidencialidade, e autenticação. Os autores então realizaram um estudo de literatura relacionado com estas três necessidades. Os autores chegaram à conclusão de que as questões de privacidade da IoT foram apenas parcialmente examinadas e que é necessária mais atenção. O estudo, no entanto, tem falhas: a análise prévia da investigação centra-se principalmente nas necessidades de segurança, enquanto ignorando considerações de privacidade; os autores não realizam uma análise exaustiva das lacunas nas publicações examinadas; e não fornecem um resumo abrangente de futuros tópicos de investigação no domínio da privacidade na IoT que requerem mais atenção.

Lin et al. [54] realizam uma revisão da literatura para identificar vulnerabilidades de segurança e privacidade nas três camadas da arquitectura da IoT: rede, percepção, e aplicação. Os autores descrevem as seis primeiras propriedades fundamentais de segurança para estes níveis como confidencialidade, integridade, disponibilidade, identificação e autenticação, privacidade, e confiança. Em seguida, os autores analisam uma variedade de ameaças à segurança para cada uma das três fases. Os autores concluem dando um resumo sucinto de muitas técnicas de preservação da privacidade dos dados, incluindo as fases de recolha de dados, agregação e análise dos dados. Os autores concentram-se, contudo, em grande medida nas componentes de segurança da IoT e, como já foi dito, consideram a privacidade como um dos aspectos de segurança mais cruciais, em vez de encararem a privacidade como uma preocupação distinta. Além disso, a investigação não realiza uma análise exaustiva de lacunas para descobrir os pontos fracos dos esforços anteriores.

Com base na análise da literatura de Ziegeldorf [57], seguem-se as preocupações mais proeminentes em matéria de privacidade na IoT:

- 1) A preocupação mais proeminente é a *identificação*, que liga um identificador, tal como um nome e localização, com a identidade de um indivíduo, isto também permite e agrava outras ameaças;
- 2) *Localização e rastreio* é a ameaça de detectar a localização de um indivíduo através de numerosas técnicas, tais como GPS, tráfego na internet, ou localização do smartphone. Esta ameaça requer *identificação* de algum tipo;
- 3) No comércio electrónico, o *profiling* é frequentemente utilizado para personalização. As organizações recolhem informação sobre indivíduos a fim de deduzir os seus interesses através da associação com outros perfis e fontes de dados.
- 4) *Interacção e apresentação* faz alusão à partilha de informação privada com um público não intencional enquanto o faz através de um meio público. As aplicações IoT necessitam frequentemente de uma interacção extensa com o utilizador, espera-se que os utilizadores destes sistemas obtenham informações através de dispositivos inteligentes no seu ambiente imediato e que os utilizadores interagem com sistemas de formas cria-

tivas e naturais. No entanto, muitos desses modos de comunicação e apresentação já estão disponíveis para o público em geral, tornando-os aparentes a qualquer pessoa por perto. Quando a informação pessoal é transferida entre um sistema e o seu utilizador, a privacidade é violada.

- 5) *Transições do ciclo de vida* ocorrem quando um dispositivo IoT é vendido, utilizado pelo seu proprietário e eventualmente eliminado. Pode haver uma expectativa que o objecto apaga todas as informações, mas dispositivos inteligentes frequentemente mantêm grandes volumes de dados sobre o seu próprio passado ao longo de toda a sua existência. Isto pode conter imagens e vídeos pessoais, que nem sempre são apagados após a transferência de propriedade.
- 6) *Ataques ao inventário* envolvem a entrada não autorizada e a aquisição de informação sobre a presença e as características das coisas pessoais. Os utilizadores maliciosos podem utilizar dados de inventário para traçar o perfil da propriedade e assaltar.
- 7) A *interligação* é o processo de ligar sistemas díspares, quando os sistemas estão a ligar diferentes fontes de dados, existe um maior perigo de acesso não autorizado e de fuga de dados.

Outro conceito que vale a pena analisar é a privacidade diferencial que se relaciona mais com o inquérito que será conduzido, mas também com a recolha geral e análise de dados dos utilizadores por aplicações e sistemas.

C. Privacidade Diferencial

A noção de privacidade diferencial, de acordo com Michael Kearns [58], baseia-se em três princípios importantes. O primeiro é que “a privacidade diferencial exige que a adição ou remoção do registo de dados de um único indivíduo não alterar a probabilidade de qualquer resultado por muito”. O segundo princípio sendo que “nenhum observador exterior pode aprender muito sobre qualquer indivíduo por causa dos dados específicos dessa pessoa”. O terceiro princípio importante sendo que “para cada indivíduo no conjunto de dados, e para qualquer observador não independentemente das suas crenças iniciais sobre o mundo, depois de observarem o resultado de um cálculo diferencialmente privado, a sua crença posterior sobre qualquer coisa está perto do que teria sido se tivessem observado a saída do mesmo cálculo executado sem os dados do indivíduo”.

A privacidade diferencial tem o potencial de aumentar significativamente a protecção da privacidade individual, ao adicionar propositadamente ruído a um conjunto de dados, dá negabilidade plausível a qualquer indivíduo que possa ter tido os seus dados explorados enquanto ainda é capaz de calcular estatísticas com uma precisão relativamente elevada. Embora os algoritmos que lidam com noções de justiça, ética e privacidade são difíceis de implementar devido à subjectividade destes conceitos, e os algoritmos de privacidade diferencial não são diferentes, ainda podem ajudar em no que diz respeito à abordagem dos dilemas morais inerentes à tecnologia.

Existem outros algoritmos que visam preservar a privacidade da mesma forma que a privacidade diferencial, tais como o algoritmo de *box blurring* da Google [59] que é utilizado na vista de rua do Google Maps, o Visor da Microsoft [60] que é uma ferramenta de análise de vídeo como serviço e o sistema de aprendizagem profunda colaborativa de Shokri e Shmatikov [61], no entanto, em geral, estes algoritmos lutam com elevados custos computacionais, ataques internos, ou privacidade não comprovável.

Zhao et al. [62] conduzem um SLR sobre a privacidade diferencial para dados não estruturados. Os autores apresentam métodos de privacidade diferencial para conteúdos sensíveis em dados de imagem, áudio, vídeo, e texto. Comparam os vários métodos e efectuem análises de utilidade para cada método, destacando os benefícios e desvantagens de cada um, a perda de utilidade é medida em avaliações experimentais entre os dados reais e a sua variante ofuscada. Chegam à conclusão de que a privacidade diferencial, bem como as suas variações, dão protecção rigorosa à privacidade de dados não estruturados contra atacantes com conhecimentos de base imprevisíveis. Sugerem também potenciais temas de estudo futuros que ainda têm de ser investigados.

D. Soluções Propostas

Esta secção enumera sete soluções que emergiram da revisão de literatura estruturada para melhorar o fosso entre os conceitos de privacidade e segurança entre sistemas e utilizadores.

1) *Criando Novas Formas de Conscienização para o Utilizador*: Tem sido feito algum trabalho para determinar o conhecimento dos utilizadores sobre as suas acções online relativamente à sua privacidade. Skirpan et al. [63] construíram uma experiência de teatro interactiva, esta foi criada para tentar provar que uma experiência simulada com um problema de privacidade credível pode encorajar as pessoas a tomar medidas antes de se depararem realmente com uma catástrofe. O enredo da peça consiste numa companhia tecnológica inexperiente que revelou a sua revolucionária tecnologia de IA enquanto lidava com um denunciante da empresa e um hack inoportuno de dia zero no seu sistema. O público é capaz de interagir com os actores e influenciar a forma como a história se desenrola. O público e os actores tiveram a oportunidade de experimentar papéis, comportamentos e opiniões a que normalmente não teriam acesso na vida quotidiana. Os autores tiveram entrevistas e inquéritos feitos após as peças com membros do público, no entanto, apenas fizeram entrevistas a meio da produção e apenas a uma pequena fracção do público participou efectivamente nesta recolha de dados, observaram também que, após contactarem as pessoas meses após as entrevistas, não mudaram realmente o seu comportamento relativamente aos seus direitos de privacidade.

2) *Legislação*: Alguns documentos procuram melhorar a legislação [64], [65] porque, caso contrário, nas suas opiniões, os direitos de privacidade não serão respeitados se não forem legalmente exigíveis, defendem que, sem o acordo expresso do indivíduo em causa, as informações privadas obtidas por

dispositivos IoT não devem ser retidas ou processadas sob qualquer forma, e devem ser adoptados os procedimentos necessários para garantir que os dados recolhidos não sejam os de um indivíduo não relacionado. Mas melhores leis de protecção para o utilizador também criariam oposição da maioria das empresas que pretendem extrair o máximo de dados privados dos seus utilizadores sem quaisquer restrições, a fim de aumentar as suas margens de lucro.

3) *Privacidade Através da Segurança*: Sun et al. [66] concebem uma estratégia de comunicação leve para um sistema de controlo remoto, utilizando dois tipos de espaços virtuais para alcançar o objectivo de anúncio de identidade e troca de dados. Construíram um sistema protótipo do esquema e testaram-no na Freenet, demonstrando que o método pode resistir eficazmente à influência da análise de fluxo no anonimato da comunicação, preservando ao mesmo tempo a segurança dos dados de comunicação.

4) *Propostas de Arquiteturas / Frameworks*: Antunes et al. [67] fazem um SLR sobre aprendizagem federada na área dos cuidados de saúde e fazem uma proposta de arquitectura. A técnica conhecida como aprendizagem federada permite a formação distribuída de modelos de aprendizagem de máquinas utilizando conjuntos de dados hospedados remotamente sem a necessidade de amplificação de dados. O objectivo fundamental da arquitectura proposta é permitir que as instituições de saúde que têm acesso a informação médica sensível a utilizem na análise de dados distribuídos e na investigação da aprendizagem automática, assegurando ao mesmo tempo a confidencialidade dos pacientes. Uma vez que a informação transmitida entre instituições necessita de garantias de confidencialidade para os parâmetros do modelo de aprendizagem e resultados de análise, a arquitectura pode adoptar uma série de formas baseadas num paradigma de segurança de confiança zero [68]. Além disso, as instituições desenvolvem um sistema de verificação de algoritmos de aprendizagem que pode armazenar e disseminar manifestos, bem como envolver-se em procedimentos analíticos distribuídos que necessitam do acordo unânime de todos os participantes. Este estudo demonstra também que a literatura anterior implica que a encriptação homomórfica e a privacidade diferencial são abordagens eficazes para prevenir violações de dados sem incorrer em custos de computação proibitivamente elevados.

Opara et al. [69] apresentam um sistema para detectar possíveis problemas com regulamentos de privacidade ou segurança nas fases iniciais de desenvolvimento, esta abordagem destina-se aos programadores. O documento propõe uma ontologia de domínio específico para a modelagem de políticas de segurança e privacidade da IoT, uma notação para representar e validar políticas de segurança e privacidade da IoT, um conjunto de directrizes e regras para detectar erros de políticas da IoT, e uma ferramenta para modelar e capturar visualmente políticas de segurança da IoT e descobrir problemas de políticas. Embora a framework apresentada seja teoricamente promissora, ainda não foi testada num ambiente real, pelo que a sua eficácia ainda não pode ser medida. Os

autores também não comparam a sua proposta com outras já disponíveis.

5) *Blockchain*: Blockchain é uma opção para garantir a privacidade em IoT devido a provas de conhecimento zero, assinaturas de anéis e *mixing* [70].

Yu et al. [71] mostra várias implementações de blockchain que proporcionam privacidade através da segurança, com base em diferentes categorias como integridade de dados, partilha de dados e autenticação e controlo de acesso. Os autores utilizam a privacidade como um proxy para a segurança, também não discutem os pontos fracos e fortes de cada implementação ou fazem qualquer comparação, também não proporcionam quaisquer outras questões de investigação.

Ali et al. [72] sugerem um stack de software que combina a partilha de ficheiros *peer-to-peer* com contratos inteligentes de blockchain para oferecer aos utilizadores de IoT o controlo sobre os seus dados e eliminar a necessidade de uma gestão centralizada de dados de IoT. Os contratos inteligentes de blockchain são utilizados na arquitectura proposta do ‘consórcio modular’ para regular o acesso, estabelecendo simultaneamente a responsabilidade tanto dos proprietários dos dados como de outras partes a que os utilizadores concedem acesso.

6) *Outras Propostas*: Zhu et al. [73] apresentam um sistema de sensor híbrido que salvaguarda a privacidade, ao mesmo tempo que monitoriza a disponibilidade de estacionamento. Os autores fundiram a detecção IoT com *crowdsensing* e melhoraram-na com métodos de preservação da privacidade. Os autores empregaram filtros físicos nebulosos para mascarar os sensores IoT na detecção de IoT, e uma técnica criptográfica baseada em compromissos criptográficos, provas de conhecimento zero, e credenciais anónimas em *crowdsensing*. Além disso, utilizaram o *crowdsourcing* para criar um modelo de aprendizagem de máquinas para reconhecimento de estacionamento na presença de filtros de nevoeiro. O seu papel incluía protótipos de prova de conceito como um sistema Raspberry Pi e uma aplicação móvel, bem como um estudo de avaliação do modelo de aprendizagem de máquinas e os efeitos do *crowdsourcing*.

7) *Assistentes de Privacidade*: Existe uma série de assistentes de privacidade no mercado. Os assistentes de privacidade têm o objectivo de dar ao utilizador flexibilidade na escolha das opções de privacidade preferidas nas aplicações disponíveis, a maioria é utilizada em smartphones, muito poucos são feitos para dispositivos na IoT.

O CyLab da Carnegie Mellon University, que é o instituto de investigação de segurança e privacidade da universidade, começou a desenvolver em 2019 uma infra-estrutura IoT que pretendia estar livre de fugas de privacidade e de software coberto pela sua iniciativa “Secure and Private IoT 2019”, este projecto enquadrar-se-ia no seu principal tema de investigação, a Confiança. Neste projecto, iniciaram a concepção de um Assistente de Privacidade Personalizado (PPA) [74], que envolveria o uso de entrevistas semi-estruturadas com 17 participantes para examinar a percepção dos utilizadores de três hipotéticas implementações PPA, cada uma das quais potencialmente mais

autónoma, ao mesmo tempo que delineavam as vantagens e desvantagens de cada implementação. As entrevistas foram divididas em três secções: exploratória, ancoragem e PPA; enquanto o objectivo da fase exploratória era aprender sobre as atitudes dos participantes e a compreensão da IoT, a fase de ancoragem visava normalizar a compreensão básica dos participantes sobre como a IoT funciona. A fim de levar as pessoas a pensar sobre potenciais preocupações de privacidade no final da secção de ancoragem, os autores perguntaram aos participantes sobre as suas opiniões sobre privacidade de dados. Na secção PPA, foi proposta a ideia de uma PPA para a IoT como um potencial projecto futuro. Os autores esclareceram que o PPA poderia distinguir entre pedidos de dados activos, tais como um dispositivo que pedia informações biométricas do rastreador de saúde do utilizador, e recolha de dados passivos, tais como um dispositivo inteligente com um microfone que poderia gravar as afirmações das pessoas enquanto estas estivessem por perto. A Notificação, Recomendação, e Implementação automática de uma PPA IoT foram as três que os autores e participantes discutiram. Os PPA de Notificação podem determinar que dispositivos adjacentes estão a solicitar dados e alertar os utilizadores para a presença e pedidos desses dispositivos, para que os utilizadores possam aprovar ou rejeitar cada pedido. Com base nos PPA de notificação, os PPA de recomendação oferecem aos consumidores conselhos sobre como partilhar os seus dados com base nas suas preferências. As decisões de partilha de dados dos utilizadores seriam tomadas pelos PPA automáticos. Isto diminuiria a carga cognitiva dos consumidores, mas também retiraria a sua capacidade de influenciar o processo. Verificaram que as atitudes dos participantes em relação às várias implementações eram geralmente favoráveis, embora também manifestassem preocupações, que variavam consoante o grau de automatização. Dadas as motivações divergentes dos participantes, alguns desejavam um maior controlo, enquanto outros desejavam evitar ser ultrapassados por notificações e pela falta de acordo relativamente à implementação óptima dos PPA.

After the design phase, the institute implemented a privacy assistant (PA) [75], the authors called it IoT Assistant. Because the predominant approach of "notice and choice" for data privacy protection, they decided the PA would also fall into this approach, but because many systems implement notice as a form of consent, without sometimes offering choices to the end user, they also wanted this work to provide a conceptual framework that views user-centered privacy choice as well as a taxonomy for practitioners to use when designing meaningful privacy choices for their systems. The authors define meaningful privacy choices as "the capabilities provided by digital systems for users to control different data practices over their personal data". They extend the notion of privacy choices with five facets: effectiveness (the opportunity to establish privacy preferences that precisely and completely match the data collection and use methods that a user is okay with), efficiency (the capacity to specify these options with the least amount of effort and time), user awareness (where significant

privacy options should be prominently and clearly communicated to users), comprehensiveness (users should understand their options, how they affect the gathering and potential use of their data, as well as what conclusions might be drawn from this data and the potential repercussions of these conclusions) and neutrality (meaningful privacy decisions should not be subject to manipulation or bias). The IoT Assistant offers four privacy settings, giving end users a variety of alternatives to better suit their varied privacy preferences and as a result, privacy options are more effective in the IoT environment. The IoT Assistant acts as a centralized privacy choice platform by implementing various privacy options, allowing consumers to more effectively govern their data privacy in IoT. The three IoT system discovery modes that the IoT Assistant supports are QR codes, push notifications, and location-based map interfaces. These discovery tools are probably going to make users more aware of the installed IoT devices and the privacy options they have. Additionally, the united viewpoint of the integrated notification and option in the IoT Assistant gives succinct yet thorough information regarding IoT data practices to help users better understand the implications of their privacy choices. Additionally, the authors work to implement the integrated notice and option in the IoT Assistant without bias or framing, attempting to offer consumers a neutral space to execute their privacy choices. Although the authors view the IoT Assistant as a significant step towards "meaningful privacy options" in IoT, this assistant still has many problems, such as the fact that it is still in its early stages of development and that there hasn't been much growth given that it was created in 2020 and we are in 2023. Maybe the main reason this application was not able to be developed further is that the application itself serves to show the user the data that is already in the IoT infrastructure that was created before, and as such it is not capable of identifying new IoT devices without the end users themselves create on the infrastructure's main webpage [76] a new entry for the device in question that the user wants to interact with. Another reason that cripples this application as well as others that seek to provide better privacy in IoT systems is that many systems do not offer any type of privacy choices to the end user or to other users that are not the intended end users but the devices are still collecting data about.

The IoT infrastructure that was developed [76] is built on an open, distributed design that allows for the deployment and management of IoT resources to be carried out by any number of actors. Part of this infrastructure is the Internet of Things Resource Registry, it is a web platform that enables resource owners to declare not only the place where a resource is deployed but also data practices like the reason(s) for a particular data collecting process, the level of detail in the data being gathered, retention, the recipients of the data, and more. Additionally, it discloses any user-configurable privacy settings that might be connected to a particular resource.

E. Principais Levantamentos

There are two main ways to provide privacy in IoT systems, through security or using privacy notices, other ways like through legislation or with the creation/usage of a framework that provides privacy fall into these two categories. Most of the literature assumes that security and privacy are synonyms, for example [65], [66], [69], and so most of the proposed solutions fall under privacy through security. The proposed solutions that use privacy notices, like [75], are implemented in a way that use other devices like smartphones that provide the notices themselves, it is hard to provide privacy notices on the IoT devices themselves because many of these devices do not have a screen or the screen is too small to provide the necessary information to the user. Because there are still no standards for implementing privacy notices, and best practices are scattered throughout the literature, they are mostly implemented haphazardly, little guidance is given to designers and developers on how to make a privacy notice design that is sufficient and acceptable for their particular system and its features. Designers may be unaware of the numerous possibilities for creating acceptable privacy notifications and, as a result, do not systematically explore them.

Aleisa and Renaud [77] also identify security and privacy awareness as potential solutions to privacy issues in IoT, but also identify data minimization, hitchhiking and introspection. Data minimization entails limiting the collecting of personal information to what is absolutely central and retaining the data just for as long as is required to satisfy the goal of the technology's services [78]. Hitchhiking [79] is a method of protecting the privacy of users who divulge their location, applications regard locations as the object of their attention. The fidelity tradeoff is removed as it is not important to know who is in a certain location. The introspection [80] method examines VM actions to adequately safeguard users' private information. Every VM's CPU status, memory contents, network information provided by the hypervisor, and any malicious software that may be present on the VM are all collected and analyzed. The privacy of consumers is jeopardized if an IoT device loses integrity due to a hostile assault.

III. DESAFIOS DE PRIVACIDADE

IoT is composed of a complex web of architectures, applications and technologies. In terms of architectures, it can be decomposed in three layers: the perception layer, the network layer and the application layer.

The perception layer, also known as the sensor layer, interacts with physical objects and components via smart devices (RFID, sensors, actuators, and so on). Its key objectives are to connect objects to the IoT network and to monitor, collect, and analyze status information about these things using deployed smart devices. This layer can often be unreliable, for instance with autonomous vehicles where they find it hard to read road signs or to predict if certain objects are inanimate or not, but this unreliability also brings privacy even though some of the

data might be unusable. Noise can also be added in this layer to provide extra privacy.

In the network layer there are many competing networks like ZigBee, Z-Wave, Bluetooth Low Energy, LoRa, Wi-fi, etc., this layer is fragmented specially in regards to wireless networks and that makes it very difficult to create an IoT architecture that can use various networks and have the various devices communicate with each other, even though interoperability is seen as a very important factor in IoT. Some of these networks are open standard protocols while others are proprietary and use different protocols of communication, use different frequencies, different ranges and different data rates. When creating an IoT architecture the designers often think of how to solve specific problems and use what is best for the current needs, and the way that IoT is fragmented doesn't help in providing progress.

The application layer receives data from the network layer and uses it to execute essential services or operations. This layer, for example, can provide the storage service to backup incoming data into a database or the analysis service to analyze received data in order to predict the future state of physical devices. This layer encompasses a wide range of applications, each with its own set of requirements. A few examples are smart grids, smart transportation, and smart cities.

According to Qu et al. [81], several significant barriers remain, including the lack of a theoretical foundation, the trade-off optimization between privacy and data value, and system isomerism over-complexity. Because there are no mathematical foundations for IoT structure design, IoT system designs are planned and executed using empirical approaches, which have limitations in IoT development. Scientific theory and quantitative analysis must enable trade-off optimization, yet, there are multiple parties with diverse characteristics and requirements, making this optimization highly challenging. A plethora of standards and protocols add to the unneeded complexity of system isomerism. Ensuring effective IoT applications while wasting as little resources as feasible implies less resources available for privacy protection, however, lightweight privacy protection cannot fulfill all of the criteria, and attackers can exploit structural information to launch several concurrent attacks.

IV. METADOLOGIA

The overall work will be comprised of two phases which will be described in the following paragraphs. Phase one mainly described throughout this paper, focuses on collecting the state of the art in terms of the most relevant topics, from which main privacy concepts were selected to be explored in the stage 1 of Phase 2 with the preparation of a questionnaire to collect user perceptions regarding privacy and topics collected in the systematic literature review. The second stage of Phase 2 consists in developing an application, partially based on the information generated by the survey, that can identify what sort of devices are around, what kind of data is gathered by these devices, present privacy options to the user when available,

and what can be done to prevent undesirable data from being collected.

The Phase 1 Systematic Literature Review gathered the most relevant papers discussing methodologies and techniques for the protection of users' privacy data with special focus on IoT systems. For this SLR, this paper considered focusing only on papers from the last 12 years, from 2010 until 2022, since papers before then become out of date with the evolution of technology. In this SLR, it was reviewed 54 papers published in top computer science, security, privacy and software engineering outlets.

This paper followed Keshav's three-pass approach [82] when choosing which papers to read fully and which ones to ignore, first the title would be read, then the abstract, the introduction and conclusion and briefly skim the rest of the paper and then decide if it was worth reading any further, the focal point in this phase was answering the following question: does the paper present a new methodology or interesting angle to tackle users' privacy concerns? Only then the document would be read in its entirety while ignoring any tables, figures, images or graphs. If the paper failed to present any interesting idea, approach, or technique it would be discarded, but if not, it would be read carefully from the beginning again in order to fully understand what it presents. Having collected the major findings, this work then aims to conduct a throughout study split in several stages and around the specific research questions which will be explored in each phase. For that matter, the research questions listed are:

Phase 1:

RQ1: What approaches are being considered for privacy issues in IoT in the currently available literature?

RQ2: What are user perceptions on online privacy?

Phase 2:

RQ3: How to empower users to protect their privacy rights?

RQ4: What issues are prevalent in IoT that make it difficult to address privacy and security problems?

The second phase will be evaluated on two stages, the first one consists on doing a study on people's general privacy concerns, while using and interacting with IoT devices. This study will abide on preparing a questionnaire to assess general user's knowledge on privacy concepts, their habits and concerns, their understanding of privacy rights, and what they do to safeguard those rights. The goal of this study is to both understand the privacy paradox and collect data on their proposal to address privacy issues with regard to IoT devices.

A. Estágio 1: Percepções do Utilizador

This study aims to understand people's perception of IoT and their privacy practices online. It also serves to demystify the privacy paradox and also to help provide a solution to the privacy issue in IoT. The questionnaire consists of 92

questions divided into 7 sections to access users' knowledge, it follows a kind of narrative, the first section being general privacy questions then about the predisposition to data sharing, to concerns with privacy then about daily digital routines, then about profile identification, and then about IoT general knowledge before a section about non-identifiable demographic data. The scale that is used in the questionnaire is based on the work of Philip K. Masur [83]. Great care is taken when it comes to this survey's data collection, in order to not identify any individual or group of individuals, for instance, when it comes to differential privacy, any data that might identify someone will not be disclosed, even though the data might suffer from some inaccuracy because of this.

This survey was partially based in a study done in the Philippines by the government in the context of their privacy act of 2012 [84], this was the second survey done on the country's population. It was also inspired by Alves's master's thesis [85], which was about citizen's perception about privacy in the wake of GDPR.

This survey was done through the internet, it was created in Google Forms, this way it is guaranteed to reach the most people possible, besides Google Forms itself, it will be used other online venues for distribution and even printing.

B. Estágio 2: Estudo no Contexto, uma Aplicação

This work proposes an application that gives users information about IoT devices in their surroundings like the type of information these devices collect and what privacy options are available. This application will be developed for mobile phones because it is the most used device that people take everywhere they go, and because the application will use georeferencing to show the location of the IoT devices. The main objective of this application is to give users another option in order to protect their private data. The application will show the geolocation of the IoT devices, what type of device it is, what type of data is being collect by the device. The application will not detect the devices by itself, this will be done by the users themselves, in the first few iterations of this application it was proposed that the application itself would detect the devices and would categorize what type of device it was and what type of data it was collecting but it was discovered that this approach was too complex and so it was not feasible to do with the constraints of this paper. The application will be developed with Flutter, other options could be React Native or a progressive web application, but Flutter uses ahead of time and just in time compilation with Dart as it is programming language while React Native uses the Javascript programming language that was never created for mobile programming so it uses a bridge to convert Javascript to native components for Android or iOS. Flutter has better performance and as such it is the chosen framework for this application.

V. ESTADO ATUAL DO PROJETO

The preliminary results of the study, based on 10 responses, show that everyone agrees that privacy is important to them

and some people know that they should not share their personal information with anyone they do not trust (like clicking on random urls or using unprotected websites/software), but most of them think that privacy and security are the same concept, most respondents also do not read privacy notices but accept them to access the information they want to get to, most respondents use their devices mostly to access social networks and for work, when it comes to IoT, there is a dissonance between knowing the term and using devices like smart watches or RFID enabled devices, from the respondents that answered yes to using IoT devices most use because of work. It is also noted that most respondent have a background in engineering, so the responses are skewed. As a result, the survey will remain open to gather a larger number of responses and participants for more significant results and generalizations.

Work plan	January				February				March				April				May			
Week	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Discovery and planning																				
Research enquiry																				
State of the art																				
Project requirements																				
Wireframes and user stories																				
Prototyping and refinement																				
Development																				
Tests and iterations																				
Release and documentation																				

TABLE I
WORK PLAN TIMELINE

As can be seen in Table I, the first months will involve the design of the application and the enquiry of the study followed by the development of the application and the synthesis of the study, and finally testing and refinement of the application. Because of the exploratory nature of this work the application might suffer alterations to the design, specially in the testing stage, and also depending on the results of the study.

VI. TRABALHO FUTURO

Although there are existing hardware solutions that can detect some devices on particular networks, like ZigBee or Bluetooth LE, namely IoT sniffers and there exist some georeferencing applications that try to pinpoint certain IoT devices, there is still a need for some kind of device or framework that is network agnostic and can detect where the devices are located and what kind of data the IoT devices that are around it are collecting. This gadget should also be capable of informing users about the privacy notices of the devices and what can the users do to safeguard their personal data. The IoT sniffers that are available are primarily used in the detection of problems in the communication of devices in the network or to solve problems of interoperability between different IoT networks. There are many obstacles that impede the creation of such a device and the fact that it still does not exist anything like it may be related to either there is not enough interest from users or researchers to focus on such an endeavour or the complexity of such a task is greater than the rewards.

VII. CONCLUSÃO

This project aims to do an exploratory analysis of privacy in IoT systems. It proposes a survey to better understand user's knowledge on this subject and an application that aims to create more users awareness and better inform about their environment, as well as the IoT devices that inhabit it and how they can respond accordingly.

Hopefully the work conducted on this project will be useful to further support researchers and the application that will be developed will be able to provide greater visibility, thus allowing users to acquire knowledge about the data being collected and how they can adjust their behavior or respond more effectively to protect their privacy rights.

REFERENCES

- [1] D. Vincent, *Privacy: A short history*. John Wiley & Sons, 2016.
- [2] B. Moore, *Privacy: Studies in social and cultural history*. Routledge, 2017.
- [3] E. Roosevelt, P. C. Chang, C. Malik, W. R. Hodgson, H. S. Cruz, R. Cassin, A. E. Bogomolov, C. D. 1st Baron Dukeston, and J. P. Humphrey. (1948) Universal declaration of human rights. Accessed: 2022-11-05. [Online]. Available: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>
- [4] I. A. for Privacy Professionals. (2021) What does privacy mean? Accessed: 2022-11-04. [Online]. Available: <https://iapp.org/about/what-is-privacy/>
- [5] S. Spiekermann and L. F. Cranor, "Engineering privacy," *IEEE Transactions on Software Engineering*, vol. 35, no. 1, pp. 67–82, 2009.
- [6] HIV.gov. (2018) The difference between security and privacy and why it matters to your program. Accessed: 2022-11-04. [Online]. Available: <https://www.hiv.gov/blog/difference-between-security-and-privacy-and-why-it-matters-your-program>
- [7] P. Emami-Naeini, H. Dixon, Y. Agarwal, and L. F. Cranor, "Exploring how privacy and security factor into iot device purchase behavior," in *Proceedings of the 2019 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, 2019, pp. 1–12.
- [8] Y. J. Park, "Personal data concern, behavioral puzzle and uncertainty in the age of digital surveillance," *Telematics and Informatics*, vol. 66, p. 101748, 2022.
- [9] N. A. Zhang, C. A. Wang, E. Karahanna, and Y. Xu, "Peer privacy concern: Conceptualization and measurement," *MIS Quarterly*, vol. 46, no. 1, 2022.
- [10] M. Weiser, "The computer for the 21 st century," *Scientific american*, vol. 265, no. 3, pp. 94–105, 1991.
- [11] K. Ashton. (2009) That "internet of things" thing. Accessed: 2022-11-05. [Online]. Available: <https://www.rfidjournal.com/that-internet-of-things-thing>
- [12] D. Marikyan, S. Papagiannidis, and E. Alamanos, "A systematic review of the smart home literature: A user perspective," *Technological Forecasting and Social Change*, vol. 138, pp. 139–154, 2019.
- [13] F. Arena, G. Pau, and A. Severino, "An overview on the current status and future perspectives of smart cars," *Infrastructures*, vol. 5, no. 7, p. 53, 2020.
- [14] M. Al-Emran, S. I. Malik, and M. N. Al-Kabi, "A survey of internet of things (iot) in education: Opportunities and challenges," *Toward social internet of things (SIoT): enabling technologies, architectures and applications*, pp. 197–209, 2020.
- [15] N. Niknejad, W. B. Ismail, A. Mardani, H. Liao, and I. Ghani, "A comprehensive overview of smart wearables: The state of the art literature, recent advances, and future challenges," *Engineering Applications of Artificial Intelligence*, vol. 90, p. 103529, 2020.
- [16] I. F. Akyildiz and A. Kak, "The internet of space things/cubesats," *IEEE Network*, vol. 33, no. 5, pp. 212–218, 2019.
- [17] C. Everhart, E. Caplan, and D. Nichols, "Re: Interesting uses of networking," <https://cseweb.ucsd.edu/~bsy/coke.history.txt>, 1990, accessed: 2022-12-14.
- [18] J. Romkey, "Toast of the iot: The 1990 interop internet toaster," *IEEE Consumer Electronics Magazine*, vol. 6, no. 1, pp. 116–119, 2017.

- [19] S. Madakam, V. Lake, V. Lake, V. Lake *et al.*, "Internet of things (iot): A literature review," *Journal of Computer and Communications*, vol. 3, no. 05, p. 164, 2015.
- [20] M. Hasan. (2022) State of iot 2022: Number of connected iot devices growing 18% to 14.4 billion globally. Accessed: 2022-11-04. [Online]. Available: <https://iot-analytics.com/number-connected-iot-devices/>
- [21] S. Al-Sarawi, M. Anbar, R. Abdullah, and A. B. Al Hawari, "Internet of things market analysis forecasts, 2020-2030," in *2020 Fourth World Conference on Smart Trends in Systems, Security and Sustainability (WorldS4)*, 2020, pp. 449–453.
- [22] N. Alhirabi, O. Rana, and C. Perera, "Security and privacy requirements for the internet of things: A survey," *ACM Transactions on Internet of Things*, vol. 2, no. 1, pp. 1–37, 2021.
- [23] D. Peloquin, M. DiMaio, B. Bierer, and M. Barnes, "Disruptive and avoidable: Gdpr challenges to secondary research uses of data," *European Journal of Human Genetics*, vol. 28, no. 6, pp. 697–705, 2020.
- [24] A. Gladis, N. J. Hartwich, and O. Salge, "Weaponizing the gdpr: How flawed implementations turn the gold standard for privacy laws into fool's gold," 2022.
- [25] G. Gentile and O. Lynskey, "Deficient by design? the transnational enforcement of the gdpr," *International & Comparative Law Quarterly*, vol. 71, no. 4, pp. 799–830, 2022.
- [26] B. Green, "The flaws of policies requiring human oversight of government algorithms," *Computer Law & Security Review*, vol. 45, p. 105681, 2022.
- [27] D. Y. Byun, "Privacy or protection: The catch-22 of the ccpa," *Loy. Consumer L. Rev.*, vol. 32, p. 246, 2019.
- [28] D. Thomson, D. P. Cochrane, I. Chantzios, P. Carter, S. John, P. U. Helmbrecht, and S. Room, "State of privacy report 2015," Symantec, Tech. Rep., 2015.
- [29] D. J. Solove, "The myth of the privacy paradox," *Geo. Wash. L. Rev.*, vol. 89, p. 1, 2021.
- [30] M. Williams, J. R. C. Nurse, and S. Creese, "Privacy is the boring bit: User perceptions and behaviour in the internet-of-things," in *2017 15th Annual Conference on Privacy, Security and Trust (PST)*, 2017, pp. 181–18109.
- [31] A.-R. Lee, "Investigating the personalization–privacy paradox in internet of things (iot) based on dual-factor theory: Moderating effects of type of iot service and user value," *Sustainability*, vol. 13, no. 19, p. 10679, 2021.
- [32] D. Goad, A. T. Collins, and U. Gal, "Privacy and the internet of things—an experiment in discrete choice," *Information & Management*, vol. 58, no. 2, p. 103292, 2021.
- [33] N. Gerber, P. Gerber, and M. Volkamer, "Explaining the privacy paradox: A systematic review of literature investigating privacy attitude and behavior," *Computers & security*, vol. 77, pp. 226–261, 2018.
- [34] D. Wilson and J. S. Valacich, "Unpacking the privacy paradox: Irrational decision-making within the privacy calculus," 2012.
- [35] J. Warshaw, T. Matthews, S. Whittaker, C. Kau, M. Bengualid, and B. A. Smith, "Can an algorithm know the "real you"? understanding people's reactions to hyper-personal analytics systems," in *Proceedings of the 33rd annual ACM conference on human factors in computing systems*, 2015, pp. 797–806.
- [36] N. Lee and O. Kwon, "A privacy-aware feature selection method for solving the personalization–privacy paradox in mobile wellness healthcare services," *Expert systems with applications*, vol. 42, no. 5, pp. 2764–2771, 2015.
- [37] P. J. Zak, *Moral markets: The critical role of values in the economy*. Princeton University Press, 2008.
- [38] A. Acquisti, S. Gritzalis, C. Lambrinoudakis, and S. di Vimercati, "What can behavioral economics teach us about privacy?" in *Digital privacy*. Auerbach Publications, 2007, pp. 385–400.
- [39] B. P. Knijnenburg, A. Kobza, and H. Jin, "Dimensionality of information disclosure behavior," *International Journal of Human-Computer Studies*, vol. 71, no. 12, pp. 1144–1162, 2013.
- [40] R. Wakefield, "The influence of user affect in online information disclosure," *The Journal of Strategic Information Systems*, vol. 22, no. 2, pp. 157–174, 2013.
- [41] C. Flender and G. Müller, "Type indeterminacy in privacy decisions: the privacy paradox revisited," in *International Symposium on Quantum Interaction*. Springer, 2012, pp. 148–159.
- [42] T. Dienlin and S. Trepte, "Is the privacy paradox a relic of the past? an in-depth analysis of privacy attitudes and privacy behaviors," *European journal of social psychology*, vol. 45, no. 3, pp. 285–297, 2015.
- [43] Y. M. Baek, "Solving the privacy paradox: A counter-argument experimental approach," *Computers in human behavior*, vol. 38, pp. 33–42, 2014.
- [44] M. Taddicken, "The "privacy paradox" in the social web: The impact of privacy concerns, individual characteristics, and the perceived social relevance on different forms of self-disclosure," *Journal of computer-mediated communication*, vol. 19, no. 2, pp. 248–273, 2014.
- [45] P. A. Norberg, D. R. Horne, and D. A. Horne, "The privacy paradox: Personal information disclosure intentions versus behaviors," *Journal of consumer affairs*, vol. 41, no. 1, pp. 100–126, 2007.
- [46] S. Kokolakis, "Privacy attitudes and privacy behaviour: A review of current research on the privacy paradox phenomenon," *Computers & security*, vol. 64, pp. 122–134, 2017.
- [47] L. Brandimarte, A. Acquisti, and G. Loewenstein, "Misplaced confidences: Privacy and the control paradox," *Social psychological and personality science*, vol. 4, no. 3, pp. 340–347, 2013.
- [48] W. Xie and K. Karan, "Consumers' privacy concern and privacy protection on social network sites in the era of big data: empirical evidence from college students," *Journal of Interactive Advertising*, vol. 19, no. 3, pp. 187–201, 2019.
- [49] K. S. Schwaig, A. H. Segars, V. Grover, and K. D. Fiedler, "A model of consumers' perceptions of the invasion of information privacy," *Information & Management*, vol. 50, no. 1, pp. 1–12, 2013. [Online]. Available: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378720612000754>
- [50] S. Sannon, N. N. Bazarova, and D. Cosley, "Privacy lies: Understanding how, when, and why people lie to protect their privacy in multiple online contexts," in *Proceedings of the 2018 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, 2018, pp. 1–13.
- [51] S. Gupta and S. Ghanavati, "Privacy in the internet of things: Where do we stand? a systematic literature review," 5 2022. [Online]. Available: https://www.techrxiv.org/articles/preprint/Privacy_in_the_Internet_of_Things_Where_do_We_Stand_A_Systematic_Literature_Review/19874329
- [52] P. Kührtreiber, V. Pak, and D. Reinhardt, "A survey on solutions to support developers in privacy-preserving iot development," *Pervasive and Mobile Computing*, vol. 85, p. 101656, 2022. [Online]. Available: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1574119222000785>
- [53] S. Sicari, A. Rizzardi, L. A. Grieco, and A. Coen-Porisini, "Security, privacy and trust in internet of things: The road ahead," *Computer networks*, vol. 76, pp. 146–164, 2015.
- [54] J. Lin, W. Yu, N. Zhang, X. Yang, H. Zhang, and W. Zhao, "A survey on internet of things: Architecture, enabling technologies, security and privacy, and applications," *IEEE Internet of Things Journal*, vol. 4, no. 5, pp. 1125–1142, 2017.
- [55] J. Porras, J. Pänkäläinen, A. Knutas, and J. Khakurel, "Security in the internet of things—a systematic mapping study," 2018.
- [56] B. S. Ahmed, M. Bures, K. Frajtak, and T. Cerny, "Aspects of quality in internet of things (iot) solutions: A systematic mapping study," *IEEE Access*, vol. 7, pp. 13 758–13 780, 2019.
- [57] J. H. Ziegeldorf, O. G. Morchon, and K. Wehrle, "Privacy in the internet of things: threats and challenges," *Security and Communication Networks*, vol. 7, no. 12, pp. 2728–2742, 2014.
- [58] M. Kearns and A. Roth, *The ethical algorithm: The science of socially aware algorithm design*. Oxford University Press, 2019.
- [59] A. Frome, G. Cheung, A. Abdulkader, M. Zennaro, B. Wu, A. Bissacco, H. Adam, H. Neven, and L. Vincent, "Large-scale privacy protection in google street view," in *IEEE International Conference on Computer Vision*, 2009. [Online]. Available: https://research.google.com/archive/papers/cbprivacy_iccv09.pdf
- [60] R. Poddar, G. Ananthanarayanan, S. Setty, S. Volos, and R. A. Popa, "Visor: Privacy-preserving video analytics as a cloud service," in *USENIX Security Symposium*, August 2020. [Online]. Available: <https://www.microsoft.com/en-us/research/publication/visor-privacy-preserving-video-analytics-as-a-cloud-service/>
- [61] R. Shokri and V. Shmatikov, "Privacy-preserving deep learning," in *2015 53rd Annual Allerton Conference on Communication, Control, and Computing (Allerton)*, 2015, pp. 909–910.
- [62] Y. Zhao and J. Chen, "A survey on differential privacy for unstructured data content," *ACM Comput. Surv.*, vol. 54, no. 10s, sep 2022. [Online]. Available: <https://doi.org/10.1145/3490237>
- [63] M. Skirpan, M. Oates, D. Byrne, R. Cunningham, and L. F. Cranor, "Is a privacy crisis experienced, a privacy crisis avoided?" *Commun.*

- ACM, vol. 65, no. 3, pp. 26–29, feb 2022. [Online]. Available: <https://doi.org/10.1145/3512325>
- [64] R. H. Weber, “Internet of things: Privacy issues revisited,” *Computer Law & Security Review*, vol. 31, no. 5, pp. 618–627, 2015. [Online]. Available: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0267364915001156>
- [65] N. Fabiano, “Internet of things and blockchain: Legal issues and privacy. the challenge for a privacy standard,” in *2017 IEEE International Conference on Internet of Things (iThings) and IEEE Green Computing and Communications (GreenCom) and IEEE Cyber, Physical and Social Computing (CPSCom) and IEEE Smart Data (SmartData)*, 2017, pp. 727–734.
- [66] Q. Sun, K. Lin, C. Si, Y. Xu, S. Li, and P. Gope, “A secure and anonymous communicate scheme over the internet of things,” *ACM Trans. Sen. Netw.*, vol. 18, no. 3, apr 2022. [Online]. Available: <https://doi.org/10.1145/3508392>
- [67] R. S. Antunes, C. André da Costa, A. Küderle, I. A. Yari, and B. Eskofier, “Federated learning for healthcare: Systematic review and architecture proposal,” *ACM Trans. Intell. Syst. Technol.*, vol. 13, no. 4, may 2022. [Online]. Available: <https://doi.org/10.1145/3501813>
- [68] B. Chen, S. Qiao, J. Zhao, D. Liu, X. Shi, M. Lyu, H. Chen, H. Lu, and Y. Zhai, “A security awareness and protection system for 5g smart healthcare based on zero-trust architecture,” *IEEE Internet of Things Journal*, vol. 8, no. 13, pp. 10248–10263, 2021.
- [69] A. Opara, H. Johng, T. Hill, and L. Chung, “A framework for representing internet of things security and privacy policies and detecting potential problems,” in *Proceedings of the 37th ACM/SIGAPP Symposium on Applied Computing*, 2022, pp. 198–201.
- [70] W. contributors. (2022) Privacy and blockchain. Accessed: 2023-01-02. [Online]. Available: https://en.wikipedia.org/wiki/Privacy_and_blockchain
- [71] Y. Yu, Y. Li, J. Tian, and J. Liu, “Blockchain-based solutions to security and privacy issues in the internet of things,” *IEEE Wireless Communications*, vol. 25, no. 6, pp. 12–18, 2018.
- [72] M. S. Ali, K. Dolui, and F. Antonelli, “Iot data privacy via blockchains and ipfs,” in *Proceedings of the Seventh International Conference on the Internet of Things*, ser. IoT ’17. New York, NY, USA: Association for Computing Machinery, 2017. [Online]. Available: <https://doi.org/10.1145/3131542.3131563>
- [73] H. Zhu, S. C.-K. Chau, G. Guarddin, and W. Liang, “Integrating iot-sensing and crowdsensing with privacy: Privacy-preserving hybrid sensing for smart cities,” *ACM Trans. Internet Things*, vol. 3, no. 4, sep 2022. [Online]. Available: <https://doi.org/10.1145/3549550>
- [74] J. Colnago, Y. Feng, T. Palanivel, S. Pearman, M. Ung, A. Acquisti, L. F. Cranor, and N. Sadeh, “Informing the design of a personalized privacy assistant for the internet of things,” in *Proceedings of the 2020 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, ser. CHI ’20. New York, NY, USA: Association for Computing Machinery, 2020, pp. 1–13. [Online]. Available: <https://doi.org/10.1145/3313831.3376389>
- [75] Y. Feng, Y. Yao, and N. Sadeh, “A design space for privacy choices: Towards meaningful privacy control in the internet of things,” in *Proceedings of the 2021 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, ser. CHI ’21. New York, NY, USA: Association for Computing Machinery, 2021. [Online]. Available: <https://doi.org/10.1145/3411764.3445148>
- [76] A. Das, M. Degeling, D. Smullen, and N. Sadeh, “Personalized privacy assistants for the internet of things: Providing users with notice and choice,” *IEEE Pervasive Computing*, vol. 17, pp. 35–46, 07 2018.
- [77] N. Aleisa and K. Renaud, “Privacy of the internet of things: a systematic literature review (extended discussion),” *arXiv preprint arXiv:1611.03340*, 2016.
- [78] E. D. P. Supervisor, “Directive 95/46/ec of the european parliament and of the council of 24 october 1995 on the protection of individuals with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data,” Official Journal of the European Union, 1995.
- [79] K. P. Tang, P. Keyani, J. Fogarty, and J. I. Hong, “Putting people in their place: an anonymous and privacy-sensitive approach to collecting sensed data in location-based applications,” in *Proceedings of the SIGCHI conference on Human Factors in Computing Systems*, 2006, pp. 93–102.
- [80] C. Kang, F. Abbas, and H. Oh, “Protection scheme for iot devices using introspection,” in *2015 6th International Conference on the Network of the Future (NOF)*. IEEE, 2015, pp. 1–5.
- [81] Y. Qu, S. Yu, W. Zhou, S. Peng, G. Wang, and K. Xiao, “Privacy of things: Emerging challenges and opportunities in wireless internet of things,” *IEEE Wireless Communications*, vol. 25, no. 6, pp. 91–97, 2018.
- [82] S. Keshav, “How to read a paper,” *SIGCOMM Comput. Commun. Rev.*, vol. 37, no. 3, pp. 83–84, jul 2007. [Online]. Available: <https://doi.org/10.1145/1273445.1273458>
- [83] P. K. Masur, *Situational privacy and self-disclosure: Communication processes in online environments*. Springer, 2018.
- [84] P. Survey and R. Center. (2022) Conduct of privacy survey. Accessed: 2022-12-19. [Online]. Available: <https://www.privacy.gov.ph/wp-content/uploads/2022/01/CONDUCT-OF-PRIVACY-SURVEY-Final-Report-v3.pdf>
- [85] M. H. d. S. Alves, “Gdpr in portugal: Analysis of citizens’ perception about privacy,” 2021.